



Fotos: Sérgio Cara

# O debate que o Brasil precisa

Em ação inédita, ABDE promove encontro com assessores dos candidatos à Presidência da República, em um debate sobre o papel do Sistema Nacional de Fomento para o futuro do país. **POR JADER MORAES**

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) promoveu um encontro com os assessores econômicos dos candidatos à Presidência da República para as eleições de 2018. O evento, intitulado "O Desenvolvimento que o Brasil precisa", ocorreu em Brasília, no dia 8 de agosto, e teve como base o debate sobre a retomada do crescimento sustentável no país e o papel destinado às instituições de fomento nos programas de cada um dos concorrentes. Participaram do evento os economistas: Ana Paula Oliveira (Álvaro Dias/Podemos), Eduardo Bandeira de Mello (Marina Silva/Rede), José Marcio Camargo (Henrique Meirelles/MDB), Marcio Pochmann (Luiz Inácio Lula da Silva/PT), Marco Antônio Rocha (Guilherme Boulos/PSOL) e Nelson Marconi (Ciro Gomes/PDT), sendo que todos os pré-candidatos foram convidados para o encontro. Nas próximas páginas, confira um resumo de cada uma das falas.

O objetivo do evento foi apresentar a Carta de Posicionamento da ABDE e debater a importância do Sistema Nacional de Fomento (SNF) para a retomada do crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável do Brasil. Para acompanhar o evento, foram convidados os executivos das instituições associadas da ABDE e representantes de organizações parceiras da associação. Estava prevista a presença de 50 convidados, mas cerca de 80 pessoas acompanharam o encontro.

A imprensa também foi convidada a ter uma participação importante no encontro, dirigindo perguntas públicas aos assessores econômicos. Profissionais dos principais veículos de comunicação do país estiveram presentes, de todas as mídias: jornais impressos, portais de internet, emissoras de rádio e televisão.

## SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO

O encontro foi dividido em três blocos: no primeiro, a ABDE realizou uma apresentação institucional e de sua carta de posicionamento, seguida de uma exposição livre, de dez minutos, de cada assessor econômico. No segundo bloco, executivos da associação fizeram perguntas aos assessores sobre temas ligados à retomada do desenvolvimento e ao aumento da taxa de investimentos do país. No terceiro e último bloco, os jornalistas presentes puderam dirigir as suas perguntas às candidaturas, também com tema livre.

O presidente da ABDE, Marco Crocco, ressaltou que, mais do que um debate, o encontro era uma oportunidade de diálogo para que a instituição apresentasse sua pauta e sua visão e também de ouvir das candidaturas as questões cruciais para o desenvolvimento do país. “Este é um momento importante não só pela crise por que passa o país, que torna as nossas escolhas ainda mais relevantes, mas também pelo período que o mundo atravessa”, afirmou o economista, que também é presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Crocco lembrou que, desde a crise iniciada em 2007, os sistemas nacionais de fomento de diversos países passaram a ganhar relevância e a discussão sobre a existência ou não de bancos de desenvolvimento deixou de ser uma polêmica central. Ao contrário, há um consenso, reforçado até mesmo por organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), de que essas instituições têm um papel decisivo nas economias nacionais.

“Todos os países, com diferentes matizes ideológicos, passaram a entender que o sistema nacional de fomento é um elemento importante para suas respectivas estratégias de desenvolvimento econômico. Os bancos de desenvolvimento e os sistemas de fomento são uma realidade, eles não estão mais em discussão. O debate hoje é sobre o que eles devem fazer e como deve ser feito, em quais áreas devem atuar, de acordo com as especificidades de cada país. Mas não está mais em discussão a existência ou não”, comentou.

O secretário-executivo da ABDE, Marco Antonio Lima, apresentou as características do Sistema Nacional de Fomento brasileiro e destacou a força das 31 instituições que formam a associação, com presença em todas as regiões e estados do país. “Esse sistema possui capilaridade e forma uma rede de fomento que

**Todos os países, com diferentes matizes ideológicas, passaram a entender que o sistema nacional de fomento é um elemento importante para suas respectivas estratégias de desenvolvimento econômico. Os bancos de desenvolvimento e os sistemas de fomento são uma realidade, eles não estão mais em discussão.**

Marco Crocco, presidente da ABDE

pode auxiliar o país a voltar a crescer com sustentabilidade, resgatando sua vocação histórica”, discursou, lembrando que o Brasil já foi o país que mais cresceu no mundo, no período de 1930 a 1980. “Temos que voltar a crescer e o SNF pode dar essa contribuição, de várias maneiras. O Brasil precisa desesperadamente de desenvolvimento”, frisou.

O diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ricardo Ramos, também participou da abertura do evento, representando o presidente do banco, Dyogo Oliveira. O BNDES ocupa, estatutariamente, a presidência da Assembleia dos Associados da ABDE. Ramos reforçou que o desenvolvimento está no DNA das instituições que compõem o Sistema Nacional de Fomento e são associadas à ABDE. As perguntas aos assessores dos candidatos foram apresentadas pela segunda vice-presidente da associação e presidente da Agência de Fomento do Rio Grande do Sul, Jeannette Lontra, e pelo diretor da associação e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, Luiz Corrêa Noronha. »



*Abertura do encontro, em Brasília.*



*Plateia formada por executivos das instituições de fomento, parceiros da ABDE e jornalistas.*



*Antes do evento, assessores econômicos conversam com executivos da ABDE.*

## **CARTA DE POSICIONAMENTO**

Os assessores dos candidatos à presidência receberam a Carta de Posicionamento da ABDE, que foi tema das questões que balizaram o encontro. O documento é resultado de entrevistas e audições com executivos das 31 instituições associadas, realizadas em janeiro e fevereiro deste ano, e coloca o Sistema Nacional de Fomento no centro das políticas econômicas que podem definir o avanço socioeconômico do país.

Segundo o documento, disponível no site da Associação, o SNF tem participação decisiva para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, por meio do financiamento de longo prazo que alavanca o investimento, contribuindo para o aumento da produtividade. O documento chega em um momento fundamental para o futuro do país, onde as possibilidades de retomada do crescimento se abrem diante da perspectiva de novas eleições.

A Carta lembra ainda que bancos de desenvolvimento e agências de fomento não são especificidades do Brasil, mas que existem também em outros países, como o banco público de desenvolvimento alemão KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau), em torno do qual se reúnem 17 agências de fomento da Alemanha. O KfW totalizou, em 2014, ativo equivalente a 17% do PIB do país. Também há bancos de desenvolvimento na China, Coreia do Sul, Itália, Espanha, Japão, França e Rússia, dentre outros.

O manifesto reforça a necessidade de o governo, nas esferas federal, estadual e municipal, empreender ações que priorizem os órgãos de fomento, de forma planejada, para que a execução de políticas públicas assegure a retomada do crescimento e do desenvolvimento em bases sustentáveis, em níveis nacional e regional.



**Ana Paula Oliveira**  
(Álvaro Dias  
- Podemos)

### **BNDES terá papel fundamental para definir novas maneiras de captação de recursos no mercado**

O plano de governo do candidato Álvaro Dias (Podemos) prevê a refundação da república brasileira, e as instituições de fomento vão ter papel fundamental para que sejam atingidas as metas de políticas públicas, explicou a coordenadora do programa, Ana Paula Oliveira. O objetivo é fazer com que a economia brasileira cresça a uma taxa média de 5% nos próximos quatro anos, com a geração de dez milhões de empregos nesse período e prioridade em cinco temas: incentivo à inovação, fortalecimento da indústria e do agronegócio, apoio ao empreendedorismo, reconstrução da rede de infraestrutura e interiorização.

Ela afirmou que o BNDES deverá coordenar e integrar todas as agências de fomento em prol de alguns objetivos do governo, em especial o desenvolvimento de políticas setoriais. “Vamos criar um Centro de Governo, em que o BNDES terá papel fundamental, para definir novas maneiras de captação de recursos no mercado, para levá-lo efetivamente até as empresas e setores produtivos que necessitam”, listou. A partir do exemplo do banco alemão KfW, que coordena uma rede de 17 agências regionais, ela acredita ser possível pensar em uma estrutura semelhante no Brasil, para fortalecer as instituições de fomento locais. “Poderíamos tomar ações no sentido de ter tratamento tributário diferenciado e criar produtos inovadores na parte de oferta de crédito”, avaliou.

Nos últimos dez anos foram investidos menos de 2% do PIB em média em infraestrutura, cerca R\$ 100 bilhões, enquanto são necessários investimentos médios de, pelo menos, R\$ 350 bilhões por ano, apenas para repor a infraestrutura existente e cobrir a taxa de apreciação. “Se não tivermos um olhar atento para a infraestrutura, não vamos poder estabelecer nenhuma política efetiva para a indústria, a agricultura e a educação”, argumentou.



**Eduardo Bandeira de Mello**  
(Marina Silva - Rede)

### **As instituições de fomento terão uma fonte de financiamento adequada para atender as suas prioridades**

Representando a candidata Marina Silva (Rede), Eduardo Bandeira de Mello defendeu que as instituições de fomento devem sempre levar em consideração que o desenvolvimento deve ser sustentável, do ponto de vista ambiental. Com a ressalva de que não fez parte da construção do programa de governo de Marina, ele chamou a atenção para a necessidade de abrir espaço no orçamento para o investimento público. “Muito precisa ser feito para que o setor privado seja estimulado a investir, especialmente diminuir burocracia e eliminar alguns entraves, e este deve ser o papel do setor público, junto com investimento direto, seja pelo BNDES, seja por aporte nas agências de fomento. Mas isso requer prévio esforço na área fiscal, não existe milagre”, disse.

Ele argumentou que é preciso definir prioridades para atuação das instituições de desenvolvimento, para identificar aqueles setores que necessitam de maior apoio do setor público. Citou, como exemplos, as áreas da inovação, desenvolvimento regional, infraestrutura, eficiência energética e modernização do setor público. “As agências regionais têm um papel muito grande para dar capilaridade ao sistema. O BNDES é eficiente, mas não pode atacar questões locais específicas, então as parcerias regionais podem levar a ação e os recursos diretamente ao destino final”.

Ele também defendeu que é importante ter uma fonte de recursos adequada para a atuação destas instituições, independente da discussão sobre a taxa de juros ideal para o financiamento produtivo, se a atual TLP ou o retorno da TJLP. “As instituições têm que ter um *funding* adequado, desde que delimitado seu campo de atuação, em quais áreas vão agir. Em um eventual governo da Marina, que já demonstrou seu apreço pelo BNDES quando foi ministra do Meio Ambiente, as instituições terão uma fonte de financiamento adequada para atender as suas prioridades”, garantiu. »



**José Márcio Camargo**  
(Henrique Meirelles  
- MDB)

### Usar os bancos de fomento para alavancar o investimento é fundamental

Coordenador econômico de Henrique Meirelles (MDB), o economista José Márcio Camargo explicou que o programa de governo defendido por ele possui duas partes: na primeira, pretende aprofundar o que foi feito nos últimos dois anos, em termos de gestão macroeconômica. Em outra ponta, vai atuar para que o país tenha um crescimento de longo prazo, que depende especialmente de um fator: produtividade. “A razão pela qual o Brasil parou de crescer é porque a produtividade da mão de obra parou de crescer. Não tem milagre e se não melhorarmos isso, o país não vai crescer no longo prazo, vão ser apenas voos de galinha”, frisou o economista.

Ele defendeu que, para aumentar a produtividade, são necessários investimentos em capital humano, por meio da educação, especialmente nos primeiros anos de formação, e também em infraestrutura, setor que possui muita externalidade e incentiva investimento nos outros setores. “Para isso, o BNDES e as instituições de fomento são fundamentais. A ideia de simplificar o processo regulatório e usar os bancos de fomento para alavancar o investimento é fundamental”, afirmou, em referência à proposta de tratamento regulatório diferenciado para as instituições de fomento.

O economista avaliou que o Brasil possui uma situação “curiosa”: os bancos de desenvolvimento e a rede de fomento possuem os recursos, mas não tem o mandato para fazer investimentos, enquanto os ministérios possuem o mandato, mas não tem os recursos. “Cabe à rede de fomento criar as condições para que esses recursos sejam utilizados por quem tem mandato”, disse.

Outro papel dedicado à rede de fomento é auxiliar no desenvolvimento do mercado de capitais. Ele lembrou que o país possui um déficit de 1,7% do PIB, dívida de 74%, e que 94% dos gastos do orçamento são predefinidos. Neste cenário, não há espaço para ampliação exponencial do investimento público.



**Marcio Pochmann**  
(Lula - PT)

### Vamos construir uma nova forma de financiamento de longo prazo

Assessor econômico da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o economista Marcio Pochmann defendeu a reformulação do orçamento público com a reserva de um espaço específico ao investimento, que não poderia estar submetido a cortes. No cenário atual, o Brasil está preso a uma armadilha recessiva, que precisa ser desarmada para que o país volte a crescer rapidamente.

“Precisamos reativar o investimento, que pode ser feito por meio dos bancos de desenvolvimento, pois o setor público tem um papel crucial de puxar o investimento privado. Nesse sentido, de forma emergencial, pretendemos retomar obras paralisadas, o que vai impactar diretamente no emprego, e democratizar o acesso ao crédito, para que ele seja mais barato e difundido. Mas também precisamos retomar o planejamento de médio e longo prazo, que reorganize o setor público e permita ao país crescer de forma sustentada nos próximos anos”, afirmou Pochmann.

A base econômica do programa, que tem um forte pilar ambiental, é a retomada do financiamento à infraestrutura, da reindustrialização e de fortes investimentos no progresso tecnológico. Para construir esse futuro, a proposta prevê uma nova constituinte que assegure quatro reformas consideradas fundamentais pelo partido: do Estado, política, tributária e bancária. “O baixo dinamismo da economia brasileira está associado à inexistência de um padrão de financiamento de médio e longo prazo. É preciso uma reforma bancária no país, que tem um sistema altamente concentrado, e assim poderemos democratizar a oferta de crédito, o que passa por apoiar outras instituições que não são as tradicionalmente existentes”, afirmou. “Vamos construir uma nova forma de financiamento de longo prazo, por meio da articulação do sistema de fomento público com a formação de debêntures de empresas do setor privado e o uso de uma pequena parcela das reservas internacionais, que poderiam alavancar a formatação desse sistema”, propôs.



**Marco Antônio Rocha**  
(Guilherme Boulos – PSOL)

### **A conjuntura aponta para a necessidade da participação estatal no investimento**

O coordenador econômico da candidatura de Guilherme Boulos (PSOL) ao Planalto, Marco Antônio Rocha, defendeu a necessidade de um projeto que seja de fácil comunicação com a população. Para ele, a crise atual demanda ações de curto prazo, para recuperação do emprego e da renda, mas sobretudo um plano estruturante de médio e longo prazo, para recuperação das cadeias produtivas. “Dado o desgaste que houve na política industrial nos últimos anos, precisamos restabelecer os canais de diálogo com a população sobre a indústria, a ciência e a tecnologia”, avaliou Rocha.

Para isso, o plano de desenvolvimento produtivo se organiza a partir das carências facilmente reconhecíveis pelos cidadãos, como a infraestrutura urbana e a logística viária, problemas crônicos das grandes cidades brasileiras. “São investimentos multiplicadores, com capacidade de gerar emprego, e que possuem altas externalidades, pois resolvem problemas concretos do cotidiano. Além disso, podem gerar demanda muito forte no parque industrial centrado ainda na segunda revolução industrial – bens de capital, insumos básicos etc. – ao mesmo tempo servir de plataforma para ganharmos competitividade e migrarmos para tecnologias mais novas”, afirmou o economista.

Nesse plano, o Sistema Nacional de Fomento tem papel de centralidade, a partir da reorganização dos instrumentos de intervenção estatal na economia, inclusive com o aumento da capacidade de linhas de financiamento específicas, como para serviços tecnológicos customizados, especialmente para o setor público. “A capacidade de o setor privado investir na atual conjuntura é extremamente baixa. A conjuntura aponta para a necessidade da participação estatal no investimento, ao menos nesse primeiro momento”, disse. Ele defendeu ainda que o ponto principal para recuperar esse papel de centralidade das instituições de fomento é a construção de um projeto desenvolvimento nacional, em que o desenvolvimento regional seja um pilar importante.



**Nelson Marconi**  
(Ciro Gomes – PDT)

### **O sistema de fomento precisa fortalecer seu papel de grande financiador da infraestrutura, da inovação e das energias limpas**

O economista Nelson Marconi, coordenador do programa do candidato Ciro Gomes (PDT), afirmou que o Brasil necessita de uma estratégia nacional de desenvolvimento que indique onde o país quer chegar, em termos de padrão de renda *per capita* e indicadores econômicos e sociais. “O equilíbrio fiscal é um requisito fundamental, e teremos que aperfeiçoar a gestão macroeconômica, mas isso não é suficiente para o país voltar a crescer. É necessário ter uma política industrial e recuperar a infraestrutura, e as instituições de fomento terão um papel muito importante”, adiantou.

De acordo com ele, um dos principais motivos para que o país tenha deixado de crescer nas últimas três décadas foi a regressão da estrutura produtiva, com a desindustrialização. No programa, alguns setores são elencados como prioritários por uma série de fatores, como a capacidade de criar empregos, o encadeamento produtivo e a possibilidade de gerar tecnologia para outros segmentos. “O sistema de fomento precisa fortalecer seu papel de grande financiador da infraestrutura, da inovação, das energias limpas para retomarmos o desenvolvimento. Com isso, esperamos retomar a sofisticação da estrutura produtiva, os empregos e o crescimento com estabilidade da economia brasileira”, disse. “O fato de terem sido utilizados no passado alguns instrumentos que não deram certos não significa que o banco público não tenha papel na economia”, defendeu.

Para o economista, o investimento baixo é o principal problema da economia e impacta a produtividade do capital. Ele estima que o déficit da infraestrutura necessitaria de investimentos da ordem de 5% do PIB ao ano, que podem ser feitos pela iniciativa privada, por meio de concessões, mas com o papel fundamental de financiamento das instituições de fomento. Ele defendeu, ainda, uma atuação mais forte dessas instituições na área social, especialmente saneamento, habitação e escolas. —